

ANÁLISE



Adelson Rafael, académico
adelson.rafael@gmail.com

Redução do financiamento do sector

Sem educação não há desenvolvimento. Só os povos educados podem dominar as ferramentas necessárias ao alcance do tão almejado desenvolvimento. Seja qual for a compreensão que se tenha do conceito de desenvolvimento, é, hoje em dia, um dado adquirido que dificilmente se poderá sustentar um processo de desenvolvimento sem que se procure ter uma população educada e com saúde. Constitui conhecimento generalizado que a escassez de recursos é uns dos constrangimentos que supera a boa vontade do governo moçambicano, limitando-o na capacidade de oferecer melhores condições ao sistema nacional de educação. A nível do sector da educação, tem-se assistido nos últimos tempos, e com alguma preocupação, a redução de financiamento por parte dos principais parceiros de cooperação: houve diminuição em cerca de 20% de fundos alocados no presente ano, comparados com o ano de 2009, segundo dados divulgados no VI Conselho Coordenador do Ministério da Educação.

Esta diminuição pode ser constatada no Orçamento do Estado referente ao ano de 2010, visto que a despesa de investimento sofreu um decréscimo de 25% - passando de 8.826 milhões de meticais em 2009 para 7.051 milhões de meticais em 2010 - devido à diminuição dos principais parceiros de cooperação do sector. De maneira simplista, pode efectuar-se a seguinte leitura: muitos parceiros de cooperação estão a sair do Fundo de Apoio ao Sector da Educação (FASE) e outros estão a reduzir as respectivas contribuições, sob o argumento da crise financeira internacional. O Fundo para Apoio do Sector da Educação (FASE) teve, no ano de 2009, uma dotação de 4 233 milhões de meticais e a sua execução orçamental foi de 78% (72,8% em 2008), de acordo com o Relatório de Execução Orçamental IV 2009. De forma a compensar tal redução dos principais parceiros de cooperação, o governo moçambicano aumentou, em cerca de 91%, o financiamento interno para a despesa de investimento, um sinal positivo que mostra a vontade política do Governo para com o sector da educação, que precisa sustentar-se em recursos.

Fazendo uma retrospectiva, devemos ter em consideração que o governo moçambicano considerou a educação como uma das áreas prioritárias do "Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta", tanto o PARPA I (2001-2005) bem como o PARPA II (2006-2009), que pode ser constatado pelo aumento dos fundos nominais alocados à educação e da percentagem da educação, que atingiu 20,4% do Orçamento do Estado no ano de 2006, e 21,7% em 2007. Apesar da alocação ter aumentado em valor absoluto (16.849.009 mil meticais alocados em 2009, comparados com 14.820.671 mil meticais alocados em 2008), houve decréscimo da porção de recursos reservados ao sector de educação em relação do volume global do Orçamento do Estado, de 16,7% em 2008 para 15,5% em 2009. Em 2009, a alocação inicial de 16.849 milhões de meticais foi reforçada ao longo do ano e passou a ser de 18.940 milhões de meticais. Salientar que a fim de prevenir esta situação de realocação de fundos, em 2010, a porção de recursos - em termos absolutos - alocados ao sector de educação subiu 8,8%, isto é, para 20.771 milhões de meticais.

No mundo todo, o sistema estatal está hoje sendo posto em xeque. A incapacidade de financiamento, em larga escala ditada pela escassez de recursos, tem levado sistemas ao colapso ou à beira dele. É uma constatação realista. Devido à crise económica internacional, restrições orçamentárias têm-se traduzido em significativas reduções de investimentos em sectores prioritários. As instituições do sector de educação estão, na realidade, fazendo menos com menos. Mas convém que não esqueçamos que a importância da educação no

A literatura, em geral, reconhece a existência de uma inter-relação positiva entre os níveis de educação adquiridos e de desenvolvimento de um país. Deste ponto de vista, facilmente se pode deduzir, por lógica, que o investimento em educação pode permitir alcançar um maior nível de desenvolvimento

desenvolvimento socioeconómico de um determinado país é inquestionável, e um dos aspectos fundamentais de um sistema de educação é exactamente a sua estrutura de financiamento, não existindo em consequência disso espaço para manobras dilatatórias. Partindo do pressuposto de que quanto maior for o volume de recursos alocados ao sector de educação, maiores são as oportunidades da criação de condições necessárias para uma melhor prestação de serviços educacionais e melhor qualidade do ensino. Pois um sistema "adequado" de financiamento ao sector de educação deve procurar atender a dois objectivos centrais: (i) garantir um nível satisfatório de recursos aluno/ano para cada etapa de ensino (ensino pré-escolar, primário, secundário e universitário); e (ii) assegurar a igualdade de oportunidades a todos os alunos por meio de uma distribuição igualitária dos recursos.

O cenário actual da escassez de recursos financeiros no sector da educação deverá forçar opções estratégicas do sector, para que não seja um prelúdio do retrocesso, em virtude de constituir uma barreira gigantesca a transpor, por estar vinculada a intervenientes externos. Há necessidade de mobilização de recursos, de modo a que se tenha um financiamento interno adequado e sustentável. Os compromissos do FASE totalizaram USD 123 milhões em 2009, embora se espere uma redução para USD 70 milhões em 2012, devido à saída dos Países Baixos do sector de educação e ao encerramento dos Fundos Catalíticos. A educação, ao situar-se no âmbito das responsabilidades do poder público, compoem o núcleo central dos actuais sistemas de bem-estar social, deve absorver quantidade expressiva de recursos públicos, mas que haja clareza nisso. Esses recursos, quando não forem suficientes para atender de maneira satisfatória os cidadãos, constituem um obstáculo intransponível ao atendimento das necessidades por uma educação universal e não discriminatória.

Somente com financiamento adequando ao sector da educação estaremos criando as condições necessárias para dominar as ferramentas ao alcance do tão almejado desenvolvimento ou criação da riqueza. Qual a razão principal que leva a que muitos países africanos em geral se encontrem ainda no estado de escassez e subserviência e miséria bem conhecida e propalados no resto do mundo? A resposta existe, explica e não carece de convencimento, pelo que não vou entrar aqui em considerações de carácter cultural, das dicotomias nunca resolvidas entre tradição e modernidade, entre poder local e poder de Estado, entre cultura ancestral africana e cultura ocidental, pois correria o risco de não conseguir fechar esta conversa. Mas, em muitos países africanos, tal como em qualquer outro lugar, está cientificamente provado que existe uma correlação positiva entre a pobreza e os níveis de educação. Pessoas com baixos níveis de educação trabalham em actividades cujos rendimentos são baixos e instáveis e, portanto, têm maiores probabilidades de fazer parte de famílias pobres, tendo poucas possibilidades para a interrupção do ciclo de pobreza. Pelo que a educação no presente perfila como um mecanismo viável de criação de uma geração futura de trabalhadores com maior nível de educação, que pode vir a ter empregos de melhor qualidade e, com isso, manter-se afastada da pobreza.

Devemos tornar mais produtivos e consistentes os actuais mecanismos de financiamento público, associado à necessidade de maximizar os insumos financeiros do sector privado nacional, organizações não-governamentais nacionais e internacionais operando no país, indivíduos e instituições filantrópicas para dar resposta satisfatória à tendência crescente dos progressos que vêm sendo observados no sistema nacional de educação, com destaque para o ensino primário, com um incremento de 9,8%, ou seja, passando de 4,4

Por da educação: prelúdio do retrocesso?

"Um mundo onde toda a gente tem a oportunidade de beneficiar de educação e aprender valores, comportamentos e estilos de vida necessários para um futuro sustentável e para uma transformação positiva da sociedade" - Visão da Década das Nações Unidas (UNESCO, 2005)

milhões de alunos em 2010 para 4,8 milhões em 2011. O Ensino Primário do 2º Grau será frequentado por cerca de 915,6 mil alunos, o que corresponderá a um crescimento de 13,9%, devendo o curso nocturno crescer 12,6%, passando a ser frequentado por 87,4 mil alunos. O Ensino Secundário do 1º Ciclo (8ª e 9ª classes) terá 530,3 mil alunos, o que corresponde a um crescimento de 12%, enquanto o 2º Grau contará com 101 mil alunos. Em termos de escolas, o EPI irá funcionar com 10.884 instituições (440 novas) e o EP2 com 3 562. O Ensino Secundário Geral do 1º Ciclo será leccionado em 423 escolas, enquanto o do 2º Ciclo contará com 146 escolas. Assim sendo, de acordo com o Ministério da Educação, para o próximo ano lectivo, serão contratados 12 800 professores para leccionarem no Ensino Primário do 1º Grau, contra 8 500 recrutados no presente ano lectivo. Para o Ensino Primário do 2º Grau, as necessidades apontam para cerca de 2 700 novos professores, contra 1 510 admitidos este ano. O mesmo crescimento é notório no Ensino Superior, presentemente com 81 250 estudantes e 38 instituições de ensino superior, entre públicas e privadas. Actualmente, o Ministério da Educação possui mais de 13 mil infra-estruturas educacionais e um efectivo estimado em mais de 140 mil funcionários, na sua maioria professores.

A Declaração do Milénio adoptada em 2000 comprometeu países ricos e pobres a fazerem tudo o que estiver ao seu alcance para erradicar a pobreza, promover a dignidade e igualdade humanas, bem como alcançar a paz, a democracia e a sustentabilidade ambiental. Os líderes mundiais prometeram cooperar para atingir metas concretas de avanço no desenvolvimento e redução da pobreza até 2015, ou antes. Antes, a Conferência Mundial sobre Educação Para Todos, realizada em Jomtien, Tailândia, de 5 a 9 de Março de 1990, relembrou que a educação é um direito fundamental de todos - mulheres e homens de todas as idades, no mundo inteiro -, fundamentado que a educação pode contribuir para se conquistar um mundo mais seguro, mais sadio, mais próspero e ambientalmente mais puro, que ao mesmo tempo favoreça o progresso social, económico e cultural, a tolerância e a cooperação internacional. Em Abril de 2000, os participantes na cúpula mundial de Educação Para Todos, reunida em Dakar, comprometeram-se a alcançar os objectivos e as metas de Educação Para Todos (EPT) para cada cidadão e cada sociedade. O Quadro de Referência de Dakar reconhece que os governos têm a obrigação de assegurar que os objectivos e as metas de EPT sejam alcançados e mantidos. Essa responsabilidade somente será alcançada de forma mais eficaz através de amplas parcerias no âmbito de cada país, apoiada pela cooperação com agências e instituições regionais e internacionais. Moçambique não constitui excepção.

A maioria dos estudos sobre desenvolvimento aponta a educação e a formação como principais factores decisivos para o progresso humano e económico de uma sociedade. O grau de alfabetização tem-se constituído em parâmetro para avaliar o nível de desenvolvimento atingido por uma determinada população. A pobreza e a prevalência de muitas doenças teriam, na ignorância e no iletrismo, as condições propícias para medrarem. Em decorrência disso, a educação constitui o remédio essencial para romper essa situação e possibilitar o progresso económico e social. O nível educacional da população de um determinado país consiste em décadas de investimento em educação, por isso, qualquer que seja a redução do financiamento do sistema actualmente criará retrocesso num futuro imediato, pois terá efeitos significati-

vos no acesso ao ensino, expansão e melhoria da infra-estrutura física e pedagógica, no reforço da autogestão escolar nos planos financeiro, administrativo e didáctico e, conseqüentemente, no desempenho do sistema nacional de educação.

A literatura, em geral, reconhece a existência de uma inter-relação positiva entre os níveis de educação adquiridos e de desenvolvimento de um país. Desse ponto de vista, facilmente se pode deduzir, por lógica, que o investimento em educação pode permitir alcançar um maior nível de desenvolvimento. Como é já de todos sabido, a educação traz benefícios individuais e sociais. Os benefícios individuais podem ser medidos ao nível da saúde, da produção e produtividade, da redução da desigualdade na distribuição de rendimentos, enquanto os benefícios sociais podem ser medidos ao nível da redução dos efeitos nefastos da pobreza, da contribuição para a democratização, da promoção da paz e da estabilidade, do aumento das preocupações com as questões ambientais e do aumento da competitividade económica.

O direito à educação é um direito fundamental consagrado pela Constituição da República de Moçambique (texto aprovado na Assembleia da República a 16 de Novembro de 2004), artigo N° 88 (Direito à Educação), que diz que "A educação constitui direito e dever de cada cidadão". Declarar um direito à educação não é apenas dizer que a educação é benéfica ao cidadão, pois requer que se desencadeiem acções através das quais sejam identificadas soluções para se garantir a realização progressiva e efectiva do direito à educação. Entretanto, a simples enunciação formal desse direito na Constituição não confere, automaticamente, a sua efectivação. Restrições orçamentárias que se têm traduzido em significativas reduções de investimentos do sector poderão tornar impraticável o direito a muitos moçambicanos, ainda que esteja plasmado na Constituição.

Julgo ser imprudente, ou até de má-fé, para quem analisa a situação do financiamento do sector da educação, não propor sugestões ou recomendações úteis ao seu melhoramento. Cabe ao Movimento de Educação para Todos (MEPT) jogar o papel crucial no sentido de ser uma voz proactiva que estimule o debate sobre alternativas credíveis para contornar essa situação, focalizando-se nas questões mais importantes, mas também tornar-se interlocutor estratégico no processo decisório sobre os grandes desafios do sector, na monitoria da implementação de políticas públicas do sector da educação. Estou convencido de que as relações produtivas entre o Estado e a sociedade civil são necessárias não somente para alcançar os objectivos quantitativos e qualitativos acordados em Dakar, mas também para poder auxiliar a vencer os percalços do percurso. A causa de uma "Educação para todos" de qualidade e não discriminatória exige que Governo e a sociedade civil em Moçambique façam progressos, pois o caminho a percorrer é longo e sinuoso, e passa por garantir cada vez mais o acesso à educação a todas as crianças que completam seis anos de idade, dando-lhes a oportunidade de concluírem as sete classes, bem como melhorar a qualidade de formação de professores, distribuição do livro escolar e manuais aos professores. ■

*Somente com
financiamento adequado ao sector da
educação estaremos
criando as condições
necessárias para dominar as ferramentas
ao alcance do tão
almejado desenvolvimento ou criação
da riqueza*

Ficha Técnica

Propriedade da S-Imprensa
Rua de Timor Leste, 108
Telef. 21315117/8;
Fax: 21301865
Registo nº 011/Cabinho-DE/02
Direcção-Geral: Daniel David.
Director Executivo: Dailton Fonseca
Director Editorial: Jeremias Langa.
Chefe da Redacção: Olívia Massango.
Sub-chefe da Redacção: Lázaro Mabunda.

Sociedade: Benedito Luís (editor) Ricardo Machava; ; Tiago Valoi; Fernando Bismarque; Alexandre Matavele. Política: José Belmiro (editor) Atanásio Marcos; Arsénio Henriques; Sérgio Banze; André Manhica. Economia: Boaventura Macipio (editor); Orlando Macuácuca; Orebo Lapuchique; Belizário Cumbé; Celso Chambeiso. Desporto: Aristides Cavele (editor); Isaac Natiene; Helio Gabriel da Cunha; Jersild Chirinda; Crescêncio José. Cultura: Felicidade Zunguza. Internacional: Adilson Tajú; Ananias Nhandumbo. Colaboradores: Daniel Covane (Gaza); Francisco Raiva (Beira);

Bernardino Conselho (Tete); Nelson Belarmino; Júlio Paulino (Nampula). Fotografia: Sérgio Manjate; Roberto Paqueta; Lucas Menseses; Jorge Tomás. Arte e Produção: António Xerinda (Director). Paginação e Infografia: Imídio Mahumana; Artindo Uamusse; Luís Bila; Saide Umburá; Samuel Malumbe. Revisão: Adamo Rungo; Joaquim Selemane; Nélio Nhamposse; Nércio Eugénio. Comercial: Lucília Mambo. Distribuição: Velox. Impressão: S-Graphics, Lda. Tiragem: 30.000 exemplares.

COMERCIAL Telef: 21 300 834 • Cell: 84 41 10 754 / 82 71 96 403 • e-mail: simpresa.comercial@solco.co.mz